

A TRANSITIVIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO: INDÍCIOS DE UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Autor(1): Cícera Alves Agostinho de Sá; Co-autor(1): Dezângela Aguiar Moreira.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – cicalvesdsa@gmail.com; Universidade Regional do Cariri – URCA – dezangelamoreira_bs@hotmail.com

Resumo:

O ensino da gramática, no Brasil, teve início no século XIX, a partir da promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827. O Artigo 6º dessa Lei já indicava a obrigatoriedade do ensino da leitura, da escrita e da gramática da língua nacional. Em 1961 ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024, que, embora não trate da obrigatoriedade do ensino do referido eixo linguístico, os docentes continuaram investindo no ensino da gramática. A mesma ocorrência pode ser observada nas LDBs 5.692, de 1971 e 9.394, de 1996, que não tratam explicitamente do ensino da gramática nas aulas de Língua Portuguesa, mas essa prática continuou sendo vivenciada nas escolas de educação básica em todo o país. As teorias linguísticas que tratam do uso e das regularidades desse uso foram desenvolvidas no século XX, a partir do advento do estruturalismo. Acompanhamos ao longo desse século a unidade de pesquisa da Linguística ser ampliada do fonema ao discurso. Embora as diferentes abordagens da língua venham se expandindo nas últimas décadas, o livro didático de Língua Portuguesa ainda não incorporou essas orientações. Diante desse fato, a nossa pesquisa se propõe a analisar evidências da abordagem funcionalista no tratamento da transitividade em livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático, direcionados aos alunos do ensino médio. Os encaminhamentos metodológicos adotados para a nossa pesquisa consta da análise da seção que trata da transitividade em dois livros didáticos do 2º ano de Língua Portuguesa do ensino médio, observando a frequência do uso de atividades que partem dos contextos de uso, e ainda o tipo de gramática que predomina nessa seção. Adotaremos como referencial teórico da nossa pesquisa a definição dos tipos de gramática, bem como a abordagem das categorias que constituem a transitividade, com base em Martellota (2013). Contemplaremos ainda as orientações legais para o ensino da gramática propostos pela LDB vigente e instrumentos norteadores da construção do currículo, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Referenciais Curriculares Nacionais e Orientações Curriculares Nacionais, direcionados ao ensino médio, já que o nosso corpus é constituído por dois livros didáticos de Língua Portuguesa direcionados ao 2º ano, onde a transitividade é explorada. Em virtude de já trabalharmos estratégias de formação com professores de Língua Portuguesa do ensino médio, observamos que as coleções selecionadas tratam os conteúdos a partir do uso de textos, como contexto para a abordagem da gramática normativa. Portanto, a nossa perspectiva é identificarmos indícios da abordagem da gramática funcionalista.

Palavras-chave: Transitividade; Funcionalismo; Livros didáticos; Língua Portuguesa; Ensino médio.

INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Portuguesa, a partir do século XIX, trata dos objetos de estudo relacionados à gramática. A partir do século XX, marcado principalmente pela sistematização da Linguística como ciência, o tratamento desses objetos podem ser realizados com base em outros referenciais teóricos, além da gramática tradicional, surgida no século II a. C.

Com base nesse fato, trataremos neste artigo das orientações legais para o ensino de Língua Portuguesa, do currículo da disciplina em sintonia com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), Orientações Curriculares Nacionais (2006) e Diretrizes Curriculares Nacionais (2012) para o ensino médio, além das gramáticas tradicional e funcional. Adotaremos essas proposições para discutirmos a abordagem a transitividade em duas coleções de Língua Portuguesa da etapa conclusiva da educação básica.

Partimos do pressuposto de que os referenciais legais adotados para essa análise foram consolidados no século XX, após o advento da Linguística. Logo a nossa perspectiva é identificarmos elementos que caracterizem a abordagem da transitividade com base em elementos funcionais, superando as restrições e inconsistências da gramática normativa.

METODOLOGIA

A transitividade é um conteúdo situado na seção de gramática nos livros didáticos. No caso específico do ensino médio, esse conteúdo está presente no volume dois das coleções que foram aprovadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão vinculado ao Ministério da Educação, no Programa Nacional do Livro Didático de Língua Portuguesa 2015.

Na abordagem teórica, tratamos da transitividade com base nos critérios apresentados pela gramática tradicional, como também nos parâmetros adotados por pesquisadores funcionalistas. Esses elementos são adotados para a análise de amostras dos livros didáticos Língua Portuguesa: linguagem e Interação, do Faraco Moura Maruxo Jr. e Português: língua e cultura, Carlos Alberto Faraco.

Adotamos como estratégia para a análise princípios da pesquisa qualitativa, pois fazemos uma interface entre as orientações tradicionais e funcionalistas para o tratamento da transitividade e o tratamento desse tema nas amostras selecionadas dos livros didáticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As teorias linguísticas surgem a partir do século XX e poderiam servir como referência à adequação do ensino dos eixos linguísticos da Língua Portuguesa, a saber: leitura, oralidade, produção textual e análise linguística, que estruturam o ensino da disciplina na educação básica.

Os referenciais legais para o ensino de Língua Portuguesa também devem ser considerados nessa reflexão, visto que são formulados pelo Ministério da Educação, órgão que também avalia o livro didático, principal instrumento de trabalho do professor da educação básica.

Nesta seção trataremos das orientações legais para o ensino de Língua Portuguesa, do objeto de estudo desta pesquisa que trata da transitividade, adotando como referência o tratamento dispensado pela gramática tradicional e funcionalista. Esses referenciais servirão como base para a análise de fragmentos de livros didáticos do PNLD 2015.

Proposições legais para o ensino da Língua Portuguesa

O ensino da gramática constitui um eixo linguístico que vem sendo abordado a partir da implementação da Lei 15 de outubro, em 1827, que normatizou a criação de escolas nos locais mais populosos do Brasil. O Artigo 6º dessa Lei apresenta a seguinte deliberação:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827, p. 1)

À seguridade do ensino da leitura e da escrita se alinha a garantia do ensino da gramática de língua nacional, sendo esses eixos constituintes da Língua Portuguesa, disciplina trabalhada desde os primórdios da educação brasileira, para garantir que os estudantes desenvolvessem três competências básicas: a leitura, a escrita e o domínio do conjunto de regras que normatizam a língua nacional.

Em 1961 foi instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, doravante LDB. A alínea a, do Artigo 40, que trata das disposições do Conselho Federal de Educação e conselhos estaduais, dentro dos seus sistemas de ensino, estabelece que é obrigação desses órgãos “a) organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias, fixadas para cada curso, dando especial relevo ao ensino de português;”. (BRASIL, 1961, p. 1) O ensino da Língua Portuguesa é confirmada, no entanto falta detalhamento acerca dos eixos linguísticos que a constituem. As

pesquisas desenvolvidas nessa área evidenciam que a gramática sempre ocupou um espaço privilegiado no ensino da disciplina, conforme atesta Sá (2015).

Ainda da LDB Nº 4.024/1961, o Parágrafo primeiro, do Artigo 46 determina: “§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo aspectos linguísticos, históricos e literários.” (BRASIL, 1961, p. 4) Os aspectos linguísticos do qual tratam esse parágrafo remetem principalmente aos estudos gramaticais que estão em evidência até o presente.

O ano de 1971 foi marcado pela promulgação da LDB Nº 5.692. O parágrafo 2º, do Artigo 4º, que trata da parte comum dos currículos de 1º e 2º graus delibera: “§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.” (BRASIL, 1971, p. 1) Observamos nesse texto legal uma referência direta à concepção de linguagem como instrumento de comunicação, que fundamenta o ensino descritivo. A descrição das normas e regras que sistematizam a língua são contempladas nessa orientação legal, de base estruturalista.

Em 1996 foi promulgada a LDB vigente 9.394. O Artigo 36, que trata do currículo do ensino médio indica que os arranjos curriculares devem ser sistematizados em três macrocampos, dentre os quais destacamos: “I – linguagens e suas tecnologias;”. (BRASIL, 1996, p. 3) A Língua Portuguesa é componente curricular desse arranjo, antes denominado área, sendo que no plano da análise linguística está a gramática, que continua sendo trabalhada na educação básica.

Orientações legais ao ensino da gramática

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio tratam da dicotomia da Língua Portuguesa em língua e literatura, relacionando-a à instituição da LDB 5.692/1971. Segundo esses referenciais legais, “A divisão repercutiu na organização curricular: a separação entre gramática, estudos literários e redação.” (BRASIL, 1998, p. 16) Geralmente, os materiais didáticos utilizados pelo professor, dentre os quais até mesmo os PCN destacam, o livro didático reproduz esse modelo de divisão. Essa forma de organização incidia ainda sobre a lotação dos professores que, por vezes, eram lotados por eixos. Assim sendo, em muitos casos a escola disponibiliza um professor para cada eixo da Língua Portuguesa.

Conforme presente nos PCN, “A perspectiva dos estudos gramaticais na escola, até, hoje centra-se, em grande parte, no entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal; descrição e norma se confundem na análise da frase, essa deslocada do uso, da função e do texto.” (BRASIL, 1998, p. 16) Por conseguinte, o ensino do compêndio de regras que sistematizam a

língua se processa dissociado do texto, que deveria servir como contexto para atribuir sentido ao uso linguístico.

Ainda segundo os PCN (1998), a confusão entre norma e gramaticalidade constitui o ponto crítico da gramática ensinada pela escola. Logo, o que deveria constituir-se em espaço para reflexão sobre os usos da língua se transforma em exposições desprovidas de sentido, que desencadeia a incompreensão dos estudantes.

A orientação dos PCN (1998) é que o processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa seja desenvolvido com base em propostas interativas que contemplem tanto a língua, quanto a linguagem. Em sintonia com essa proposição, os conteúdos tradicionais situados no âmbito da nomenclatura gramatical devem contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades situadas no plano da compreensão, interpretação e produção de textos.

O Título II das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012), que trata da organização curricular e formas de oferta, no Artigo 8º determina que o currículo deve encontrar-se organizado em áreas do conhecimento. A Língua Portuguesa, aliada aos componentes curriculares Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física integra a área Linguagens.

A Alínea c, do Inciso I, do Artigo 12 das DCNEM (2012) determina que o currículo da etapa final da educação básica deve garantir ações que promovam: “c) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;”. Observamos nessa indicação que o trabalho com a Língua Portuguesa deve contemplar os aspectos determinados no contexto da LDB 5.692/1971, que primava pela abordagem dos aspectos prescritivos e normativos da gramática da língua. Diante dessa indicação, as permanentes orientações para que a abordagem dos elementos estruturantes e sistemáticos da língua evidenciam que os usos e funções da língua não são ainda contemplados como deveriam ocorrer no ensino-aprendizagem da gramática.

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006) orientam que “o papel da disciplina Língua Portuguesa é o de possibilitar, por procedimentos sistemáticos, o desenvolvimento das ações de produção de linguagem em diferentes situações de interação [...]”. O deslocamento do ensino das questões estruturais para os elementos interacionais indicam a importância de o professor da disciplina apropriar-se das teorias linguísticas que fundamentam esse processo, na perspectiva de garantir que o desenvolvimento da competência comunicativa se processe nas aulas de Língua Portuguesa, de maneira que favoreça a compreensão de que as realizações linguísticas podem ser identificadas como adequadas ou inadequadas ao contexto.

Ainda conforme as OCNEM (p. 28) “A lógica de uma proposta de ensino e de aprendizagem que busque promover letramentos múltiplos pressupõe conceber a leitura e a escrita como ferramentas de empoderamento e inclusão social.” Logo as práticas de linguagem a serem adotadas resgatam as práticas de linguagem recorrentes na comunidade que serve como contexto para a escola, superando a perspectiva limitadora dos padrões socioculturais hegemônicos.

Conceituando gramática

Os falantes combinam os elementos da comunicação conforme regras previamente estabelecidas. Segundo Martelotta (2013, p. 44), “O conjunto dessas interpretações e descrições acerca do funcionamento da língua recebe o nome de *gramática*.” Por um lado, a gramática trata do funcionamento da própria língua, como também descreve a natureza desses elementos, além de tratar de suas restrições de combinações. Esse fato decorre de que os falantes não combinam as unidades de qualquer modo, mas segundo tendências de combinação.

A gramática normativa, também conhecida como gramática tradicional tem origem na tradição de base filosófica, que se iniciou na Grécia Antiga. O interesse dos filósofos gregos pelo estudo da linguagem se explica pela possibilidade de explorar a relação entre linguagem, pensamento e realidade.

Conforme Martelotta (2013, p. 46) “[...] a lógica aristotélica buscava descrever a forma pura e geral do pensamento, não se preocupando com os conteúdos por ela veiculados.” Eis uma explicação coerente com a prática das atividades estruturantes que primam pela apropriação da estrutura da gramática tradicional, sem preocupar-se com os aspectos sociointeracionistas envolvidos no processo comunicativo.

A tradição gramatical tradicional desconsidera as mudanças que naturalmente as línguas sofrem com o passar do tempo. Logo o que se valoriza nessa vertente é possível existência de esquema universal de linguagem, subjacente a todas as línguas do mundo. Essa premissa perde força diante do surgimento da Linguística como ciência, no século XIX, da qual trataremos posteriormente.

A gramática cognitivo-funcional analisa a situação comunicativa nos aspectos que tratam do propósito do evento de fala, seus participantes e contexto discursivo. Conforme ressalta Martelotta (2013), entre discurso e gramática existe uma simbiose, visto que o discurso se utiliza dos padrões gramaticais para se processar, enquanto a gramática se renova a cada construção discursiva.

A perspectiva do realismo corporificado é identificado por meio de três características básicas: “1) Abandona a dicotomia empirismo vs. racionalismo; 2) Incorpora o método abduutivo-analógico; 3) Apresenta um caráter explicativo e universalista. Com base na primeira característica, a gramática cognitivo-funcional confirma a existência de universais conceptuais, que motivam os conceitos humanos, mas não os determina.

O raciocínio abduutivo-analógico propõe que o discurso, a exemplo do raciocínio se processa por meio da abdução, que pode ser caracterizada como uma espécie de intuição, já que o processo contempla interpretação de sinais, de indícios e de signos. Esse método, por ser inerente aos processos de aquisição e uso da língua se apresenta como o que melhor caracteriza os processos na análise da gramática cognitivo-funcional. Já o caráter explicativo defende a existência de universais conceptuais, enquanto o aspecto universalista contempla a relação equilibrada entre biologia e cultura.

A transitividade: possibilidades de abordagens

A transitividade, por constituir um fenômeno amplo e complexo, pode ser analisado por diferentes correntes teóricas, considerando distintos critérios. Neste artigo trataremos deste fenômeno com base nas teorias da gramática tradicional e da gramática funcionalista, procurando fazer um contraponto entre essas duas abordagens, já que os documentos legais apontam a importância de se tratar dos elementos concernentes ao uso e flexão da língua.

Em uma definição geral, a gramática tradicional relaciona o fenômeno da transitividade exclusivamente ao verbo. Logo os verbos de ação são classificados como transitivos, quando dependem de um complemento para ter seu sentido complementado, enquanto os que não exigem complementos são denominados intransitivos.

Muitas gramáticas, em uma perspectiva tradicional classificam a transitividade, considerando os critérios apresentados no quadro seguinte:

ORAÇÃO	VERBO	CLASSIFICAÇÃO	COMPLEMENTO
A criança comia <u>doce de leite com queijo</u> .	comia	transitivo direto	objeto direto
Assisti <u>ao filme</u> na casa de meu amigo.	assisti	transitivo indireto	objeto indireto
O atleta desce do pódio.	desce	Intransitivo	-
Eu <u>lhe</u> aconselho <u>calma</u> .	aconselho	transitivo direto e indireto	objeto direto e indireto

Quadro produzido pela autora com base na obra *Gramática em Textos* – SARMENTO, 2005, p. 339.

O verbo comer, da oração da primeira linha do quadro, segundo a autora, é transitivo, pois exige um complemento. Esse verbo é complementado pela expressão sublinhada. Já na segunda oração, segundo ela temos um verbo transitivo indireto, visto que seu complemento, que se encontra sublinhado é introduzido por uma preposição. Na terceira oração, o verbo é classificado como intransitivo em razão de, segundo a autora, esse não exigir complemento para completar seu sentido. Ela classifica a expressão “do pódio” como circunstância de lugar. O verbo presente na oração da quarta linha do quadro é classificado como transitivo direto e indireto, sendo complementado por dois objetos: um direto e outro indireto.

O tratamento à transitividade apresentado pela gramática tradicional trata de aspectos semânticos e formais, gerando divergências. A distinção entre verbos transitivos e intransitivos se processa com base em critérios semânticos, enquanto a classificação dos objetos que complementam o sentido dos verbos transitivos em objeto direto e indireto é um critério formal. Logo a abordagem em uma perspectiva descritiva, adotada pela gramática tradicional vem gerando desconfortos.

A teoria funcionalista analisa a língua como uma estrutura suscetível de mudanças, com base nas diferentes circunstâncias de uso. Martelotta (2003) concebe a linguagem como uma atividade sociocultural, sendo que a estrutura é motivada e icônica. Logo as mudanças e variações são constantes na língua. Esses fatores interferem no sentido que é sempre construído a partir do contexto. Considerando a estrutura maleável das gramáticas emergentes é possível assegurar que as regras possibilitam algumas exceções.

Diante da caracterização geral da teoria funcionalista constatamos que o tratamento à transitividade se processa com base em uma propriedade escalar. Esse tratamento contribui para que as construções de língua sejam classificadas conforme a variação em graus. Hopper e Thompson (1980) associam a transitividade a uma função discursivo-comunicativa. Os critérios apresentados no quadro seguinte refletem a maneira como o falante articula seu discurso para atingir seus propósitos comunicativos:

PARÂMETROS PARA ANÁLISE DA TRANSITIVIDADE

Nº	PARÂMETRO	TRANSITIVIDADE ALTA	TRANSITIVIDADE BAIXA
1	Participantes	Dois ou mais	Um
2	Cinese	Ação	Não ação
3	Aspecto do verbo	Perfectivo (passado)	Não perfectivo (presente)
4	Pontualidade	Punctual (ação completa)	Não punctual (ação incompleta)
5	Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
6	Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
7	Modalidade da oração	Modo realis	Modo irrealis
8	Agentividade do sujeito	Agentivo	Não-agentivo

9	Afetamento do objeto	Afetado	Não-afetado
10	Indivuação do objeto	Indivduado	Não-indivduado

Quadro produzido pela autora com base em Martelotta (2003).

Esses critérios devem ser adotados na análise da transitividade verbal na perspectiva de superar a classificação dos elementos que constituem a oração a partir de classificações pré-definidas. Esse processo implica que a análise da transitividade da oração a partir dos critérios funcionalistas apresentados possibilita a transformação do objeto de conhecimento ou a acomodação em seus esquemas.

A transitividade em livros didáticos do PNLD 2015

A exposição apresentada no tópico anterior evidencia que os critérios adotados pela gramática tradicional para caracterizar o processo da transitividade que se restringe ao verbo, classificado como intransitivo, transitivo direto ou indireto e ainda transitivo direto e indireto.

Já para a gramática funcional a transitividade constitui um fenômeno escalar, a partir dos seguintes parâmetros: participantes, cineses, aspecto do verbo, punctualidade do verbo, intencionalidade do sujeito, polaridade da oração, modalidade da oração, agentividade do sujeito, afetamento do objeto e indivuação do sujeito. Cada parâmetro é utilizado para identificar a transitividade mais alta ou baixa de uma clausula.

Observemos o tratamento da transitividade em uma coleção do PNLD 2015:

1. SENTENÇAS CONSTRUÍDAS COM VERBOS INTRANSITIVOS

Os verbos intransitivos (não transitivos) são aqueles que, para viabilizar a construção de uma sentença, não exigem um complemento.

A estrutura intransitiva pode ser exemplificada pelas seguintes sentenças:

a) **Chove.**

b) **As encomendas chegaram.**

Alguns poucos verbos intransitivos são do tipo de *Chove*, isto é, além de não terem complemento, também não têm sujeito — podemos construir uma sentença simples só com o verbo.

Neste grupo, estão os verbos que designam fenômenos da natureza (*venta, nevará, garou, trovejou, relampejava*). Como não têm sujeito, só ocorrem conjugados na terceira pessoa do singular.

Esporadicamente, podemos usar estes verbos em sentido figurado. Neste caso, eles terão sujeito (geralmente movido para a sua direita: *Choveram donativos; Trovejaram ameaças*).

Todos os demais verbos intransitivos vão ocorrer com sujeito. Uma curiosidade aqui é que os verbos intransitivos aceitam que seu sujeito mude de lugar e se desloque para a sua direita. Esta construção parece ser hoje a preferida dos falantes de português. Observe os exemplos:

As encomendas chegaram.

Algumas crianças saíram.

Muitos casos semelhantes acontecem.

Casos semelhantes existem.

Chegaram as encomendas.

Saíram algumas crianças.

Acontecem muitos casos semelhantes.

Existem casos semelhantes.

(FARACO, Carlos Alberto. *Português: língua e cultura*. Curitiba: Base Editorial, 2013, p. 126)

Embora não tenhamos identificado a presença dos parâmetros adotados pela gramática funcional no tratamento do tema transitividade, as reflexões propostas pela exposição do assunto

pelo autor da coleção possibilitam-nos analisar esse aspecto a partir de períodos, estendendo-se além do verbo, conforme aponta a gramática normativa.

A amostra seguinte, colhida também do volume dois da mesma coleção possibilita-nos uma reflexão diferente:

2. SENTENÇAS CONSTRUÍDAS COM VERBOS TRANSITIVOS

Verbos transitivos são aqueles que têm um complemento obrigatório — objeto direto (ligado ao verbo diretamente, isto é, sem preposição) e/ou objeto indireto (ligado ao verbo indiretamente, isto é, por meio de preposição).

As seguintes sentenças são exemplos de estruturas com verbos transitivos:

a) transitivos diretos

João **cancelou** as encomendas.
Maria **encontrará** o livro.
A menina **segurava** uma sacola.

b) transitivos indiretos

Eu **gosto** desta ideia.
O professor **acreditou** na promessa.
João **mora** com o irmão.

c) transitivos diretos e indiretos

O novo presidente **ofereceu** um livro aos visitantes estrangeiros.
O menino **dava** comida para o gato.
Nós **fornecemos** refeições aos visitantes.

(FARACO, Carlos Alberto. **Português: língua e cultura. Curitiba: Base Editorial, 2013, p. 128**)

Embora a abordagem da transitividade na primeira amostra seja por nós considerada um pouco mais reflexiva, já que associa o fenômeno da intransitividade à sentença, sem restringi-lo ao verbo, a segunda amostra retoma os critérios de classificação propostos pela gramática tradicional, que classifica os verbos em transitivos diretos, indiretos e ainda transitivos diretos e indiretos. Identificamos uma semelhante abordagem na terceira amostra, apresentada a seguir:

2. Predicado verbal

Tem como núcleo um **verbo**, que geralmente expressa ideia de **ação**. É formado por um **verbo intransitivo** ou por um **verbo transitivo e seus objetos**. Por exemplo:

Tudo **correu** às mil maravilhas!
VI

O chefe não **desistiu da tortura**.
VTI OI

O chefe **fechou os olhinhos**.
VTD OD

O chefe **mostrava-lhe a fila de dentes amarelos e pequenos**.
VTDI OI OD

3. Predicado verbo-nominal

Tem dois núcleos: um **verbo transitivo ou intransitivo** e um **predicativo** (do sujeito ou do objeto). Apresenta três estruturas básicas:

a) verbo intransitivo + predicativo do sujeito

O guarda **está satisfeito**.
VI PS

b) verbo transitivo + objeto + predicativo do sujeito

O guarda **lê o bilhete satisfeito**.
VTD OD PS

c) verbo transitivo + objeto + predicativo do objeto

O chefe **considerava Lucas culpado**.
VTD OD PO

(JR, Faraco Moura Maruxo. Língua Portuguesa: linguagem e interação. São Paulo: Ática, 2014, p. 100)

A associação da transitividade ao verbo nessa terceira amostra está explícita no parágrafo inicial, visto que o núcleo do predicado verbal é um verbo, classificado como intransitivo ou transitivo.

Conforme a abordagem do autor, os complementos verbais possuem características que os relacionam aos verbos, confirmando a abordagem da gramática tradicional que associa o fenômeno estritamente ao referido componente.

As sentenças isoladas servem de referência para a análise da transitividade também nesse último caso, deslocadas de textos que deveriam ser captados da interação verbal. Logo a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), que tratam especificamente da área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias da qual a Língua Portuguesa é integrante, de que o ensino da gramática deve considerar o uso e a função, como também partir do texto não estão sendo consideradas.

É notório que o ensino da gramática da língua se processa ainda conforme as orientações da Lei de 15 de outubro de 1827, cuja referência era o tradicional, com base na lógica aristotélica. Logo a transitividade se restringe ao verbo, que serve como referência para a inserção ou não de complementos.

CONCLUSÃO

As orientações da gramática tradicional estão presentes no instrumento legal 15 de outubro de 1827, quando no Brasil foi instituída a primeira legislação que tratou da sistematização do ensino. No século XX, teorias linguísticas trataram da abordagem da língua em outras perspectivas, a exemplo do funcionalismo que sugere que o tratamento da língua deve considerar o uso e a função do termo em análise no texto.

Os fragmentos analisados neste artigo evidenciam que predominam os elementos concernentes à gramática tradicional, visto que a transitividade está associada estritamente ao verbo. Na primeira amostra, embora as indicações do autor possibilitem algumas reflexões no tocante ao funcionamento da língua, não há referências aos parâmetros da transitividade no viés funcionalista, nem a abordagem realizada adota o texto como referência.

Diante do exposto, compreendemos que as orientações legais para o ensino de Língua Portuguesa mantém uma relativa sintonia com os pressupostos das teorias linguísticas que se

firmaram no século XX, a exemplo do funcionalismo. No entanto, o desdobramento desses objetos de estudo no livro didático, que constitui o principal instrumento de trabalho do professor da rede pública, ainda se processa conforme a gramática tradicional.

O ensino da transitividade e de outros objetos de estudo deve partir do pressuposto de que a abordagem de frases justapostas, deslocadas do texto já não é suficiente para a compreensão efetiva dos enunciados, devendo esse servir como contexto para a abordagem dos eixos linguísticos que constituem a Língua Portuguesa. Logo o processo ensino-aprendizagem se processará de maneira mais reflexiva, possibilitando ao estudante compreender o uso e função dos termos, inseridos no texto.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.
- _____. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Brasília: Ministério da Educação, 1827.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71**. Brasília: Ministério da Educação, 1971.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- _____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- JR, Faraco Moura Maruxo. **Língua Portuguesa: linguagem e interação**. São Paulo: Ática, 2014.
- FARACO, Carlos Alberto. **Português: língua e cultura**. Curitiba: Base Editorial, 2013.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo(org.). **Linguística funcional – teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em Textos**. São Paulo: Moderna, 2005.